

A trajetória educacional das escolas paroquiais luteranas missourianas durante a primeira metade do século XX no Rio Grande do Sul

Malcus Cassiano Kuhn^{*}
Arno Bayer^{**}

Resumo: No artigo, apresenta-se uma revisão bibliográfica sobre as escolas paroquiais luteranas missourianas durante a primeira a metade do século XX no Rio Grande do Sul, focando sua constituição histórica, formação dos professores paroquiais, material didático e campanha de nacionalização do ensino. O Sínodo de Missouri iniciou sua missão nas colônias alemãs gaúchas em 1900, fundando congregações religiosas e escolas paroquiais. Tais escolas eram destinadas à alfabetização e ao ensino de valores culturais, sociais e, principalmente, religiosos, com vivência da espiritualidade na prática e uma ação educacional para servir no mundo. Os missourianos formaram seus professores no Seminário Concórdia e, por meio da Casa Publicadora Concórdia, produziram material didático próprio para suas escolas paroquiais. A escola paroquial sofreu com os reflexos da campanha de nacionalização, que desarticulou um processo escolar que primava pelo arranjo entre escola e realidade de vida dos alunos e da comunidade.

Palavras-Chave: trajetória educacional, escolas paroquiais luteranas missourianas, professores paroquiais, campanha de nacionalização do ensino

* Professor de Matemática no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense – IFSul Câmpus Lajeado. Pós-doutorando em Ensino de Ciências e Matemática na ULBRA. Universidade Luterana do Brasil - ULBRA. E-mail: malcusck@yahoo.com.br

** Pesquisador do PPGECIM da ULBRA/RS. Universidade Luterana do Brasil - ULBRA. Doutor em Ciências da Educação pela Universidade Pontifícia de Salamanca – Espanha. E-mail: bayer@ulbra.br

The educational trajectory of the Missouri Lutheran parish schools during the first half of the 20th century in Rio Grande do Sul, Brazil

Malcus Cassiano Kuhn
Arno Bayer

Abstract: A bibliographic review on the Missouri Lutheran parochial schools during the first half of the 20th century in *Rio Grande do Sul*, Brazil, is provided, with special focus on its historical constitution, formation of parochial teachers, didactic material and the campaign for the nationalization of teaching. The Missouri Synod started its missionary work in German settler colonies of Rio Grande do Sul in 1900 by founding religious congregations and parochial schools. The schools aimed at settlers' literacy education and the teaching of cultural, social and religious values, through practical spirituality experience and educational action to serve the world. The Missouri missionaries trained their teachers at the Concordia Seminary and produced their own didactic material for their parochial schools, through the Concordia Publishing House. The parochial school was jeopardized by the nationalization campaign which dismantled a schooling process that excelled in arrangements between school and the reality of students' lives and community.

Keywords: educational trajectory, missouri lutheran parochial schools, parochial teachers, nationalization campaign of the teaching

La trayectoria educativa de las escuelas parroquiales luteranas de Missouri durante la primera mitad del siglo XX en Rio Grande do Sul

Malcus Cassiano Kuhn
Arno Bayer

Resumen: El artículo hace una revisión bibliográfica sobre las escuelas parroquiales luteranas de Missouri durante la primera mitad del siglo XX, en Rio Grande do Sul, centrándose en su constitución histórica, formación de los maestros parroquiales, materiales didácticos y campaña de nacionalización de la enseñanza. El Sínodo de Missouri comenzó su misión en las colonias alemanas gauchas en 1900, fundando congregaciones religiosas y escuelas parroquiales. Tales escuelas eran destinadas a la alfabetización y la enseñanza de valores culturales, sociales y, sobre todo, religiosos, con experiencia de la espiritualidad en la práctica y una acción educativa para servir en el mundo. Los missourianos formaron sus profesores en el Seminario Concordia y, por medio de la *Casa Publicadora Concordia*, produjeron material didáctico propio para sus escuelas parroquiales. La escuela parroquial sufrió con los efectos de la campaña de nacionalización, que desarticuló un proceso escolar que priorizaba por el acuerdo entre la escuela y la realidad de la vida de los alumnos y de la comunidad.

Palabras Clave: trayectoria educativa, escuelas parroquiales luteranas de Missouri, maestros parroquiales, campaña de nacionalización de la enseñanza

Introdução

Neste artigo, aborda-se a trajetória educacional das escolas paroquiais luteranas missourianas durante a primeira metade do século XX no Rio Grande do Sul – RS. Evidenciam-se os principais aspectos da formação educativa do luteranismo missouriano: a constituição histórica no RS, a formação dos professores paroquiais, o material didático e a campanha de nacionalização do ensino. Trata-se de um estudo iniciado durante a elaboração de uma tese e aprofundado durante o Estágio Pós-doutoral. Como a temática investigada se insere na História da Educação no RS, busca-se na pesquisa histórica o suporte para a realização do levantamento bibliográfico.

Para Certeau (1982), a história, como uma produção escrita, tem a tripla tarefa de convocar o passado que já não está em um discurso presente, mostrar as competências do historiador (dono das fontes) e convencer o leitor. Dessa forma, a prática histórica é prática científica, já que inclui a construção de objetos de pesquisa, o uso de uma operação específica de trabalho e um processo de validação dos resultados obtidos por uma comunidade. Segundo o mesmo autor, o trabalho do historiador consiste em um diálogo constante do presente com o passado; o produto desse diálogo é a transformação de objetos naturais em cultura.

Conforme Prost (2008), os fatos históricos são constituídos com base em traços, em rastros deixados no presente pelo passado. Assim, o trabalho do historiador consiste em efetuar um trabalho sobre esses traços para construir os fatos. O autor considera o trajeto da produção histórica como interesse de pesquisa, formulação de questões históricas legítimas, trabalho com os documentos e construção de um discurso que seja aceito pela comunidade.

Neste sentido, a abordagem da trajetória educacional das escolas paroquiais luteranas missourianas gaúchas durante a primeira metade do século XX é realizada com base em um estudo dos antecedentes contextuais dessas escolas, oferecidos por Kreutz (1991; 1994), Rambo (1994; 1996) e Roche (1969). Em seguida, apresenta-se o estudo da trajetória educacional que envolveu as escolas da Igreja Evangélica Luterana do Brasil – IELB, fundamentando-se em pesquisadores como Buss (2005), Lemke (2001), Rehfeldt (2003), Steyer (1999), Warth (1979), Weiduschadt (2007; 2012), entre outros. Aborda-se a criação das escolas paroquiais luteranas missourianas gaúchas, sua estrutura e manutenção, seu funcionamento e sua filosofia educacional; as características dos

professores paroquiais e sua formação; a produção e a difusão do material didático para essas escolas; e os reflexos da campanha de nacionalização sobre essas instituições de ensino.

1 Antecedentes das escolas paroquiais luteranas missourianas gaúchas

Conforme Kuhn (2015), a imigração alemã para o RS, ocorrida a partir de 1824, contribuiu significativamente para o desenvolvimento do estado, promovendo a colonização de regiões cobertas por florestas e ainda não exploradas. Os primeiros anos dessa colonização foram marcados pela luta por sobrevivência em meio ao desbravamento das matas, o que implicou o enfrentamento das mais diversas adversidades. Aos poucos, a estrutura da picada, linha ou comunidade, foi se constituindo com as casas e as benfeitorias dos colonos, a igreja (católica ou evangélica), a escola, a casa do professor/padre/pastor, o cemitério, o salão de festas e a casa comercial. Assim, os principais eixos institucionais da picada estavam constituídos: religião, escola, agricultura, arte e diversões, como se pode observar na Figura 1.

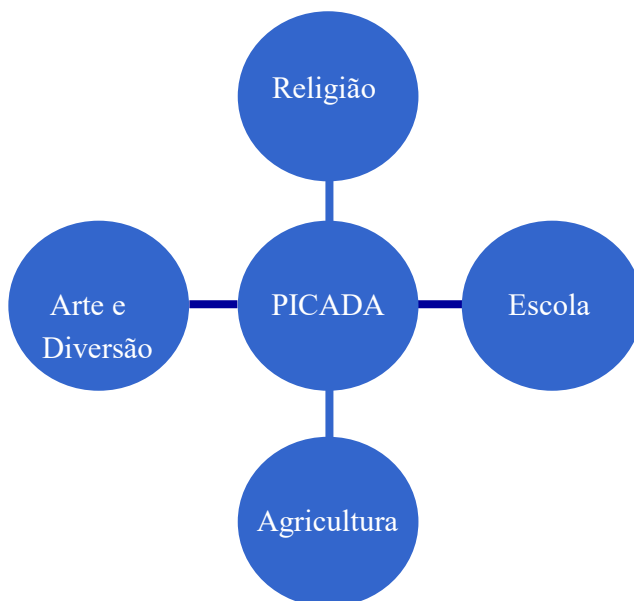


Figura 1. Principais eixos institucionais da picada¹.

Fonte: Os autores.

Essa organização físico-social e associativista serviu como base para a organização escolar. Alguns países europeus vinham adotando a organização de núcleos agrários com variedades de disposição, mas com o princípio de que para um determinado número de colonos se dispusesse um centro com a infraestrutura de artesanato, comércio e atendimento religioso e escolar.

As formas de disposição destes núcleos variavam. Uma das mais consagradas foi a de espinha de peixe, onde a um travessão central se ligavam transversalmente os lotes. Normalmente o travessão era planejado ao longo de um curso de água, e cada lote deveria ter acesso ao mesmo. Porém, o mais importante era o núcleo para o qual convergia todo o travessão. Ele deveria ter as condições básicas para a integração dos habitantes desta área, isto é, para o desenvolvimento comunitário (Kreutz, 1994, p. 19).

No Império, o governo brasileiro recorreu a essas experiências para definir a estrutura física das colônias e a demarcação dos lotes. Para facilitar a integração dos imigrantes, adotava-se um tipo de organização física das colônias que correspondia, em parte, à experiência dos mesmos como pequenos proprietários na Alemanha. Com o passar dos anos, foram feitas modificações para facilitar a vida comunitária de seus ocupantes. Superava-se, aos poucos, a estrutura de travessão, pois os moradores dos dois extremos ficavam muito distanciados dos pontos de encontro, como igreja, escola, casa comercial e clube.

Algumas nucleações de imigrantes no estado passaram a tomar a forma de cruz, em que as duas linhas centrais de cruzamento eram de 8 km, anexando-se ainda duas linhas laterais de apenas 4 km na ponta das duas linhas centrais. Situando-se a estrutura das organizações comunitárias (escola, igreja, comércio, salão de festas, cemitério) ao centro, era possível formar núcleos

¹ Ressalta-se que a ordem na qual os principais eixos institucionais da picada aparecem na Figura 1 é aleatória, não havendo qualquer tipo de hierarquização ou valoração.

com 128 colônias de 25 hectares cada, sendo que os mais distantes teriam a percorrer 4 km, tido como distância viável para ser caminhada diariamente por crianças em idade escolar (Kreutz, 1994, p. 19).

Como os investimentos do governo em escolas públicas no RS foram modestos durante o século XIX, os imigrantes alemães construía suas próprias escolas, escolhiam um professor entre os moradores da comunidade e ainda faziam a manutenção do estabelecimento de ensino. Tais imigrantes acreditavam na instrução escolar para a construção da cidadania, o fortalecimento da religiosidade, o gerenciamento adequado do orçamento familiar e da propriedade rural e a preservação da língua e da herança cultural. Uma das primeiras medidas que eles adotaram ao se instalar em uma picada era construir uma igreja e uma escola. “Quem mexesse com ela, intrometia-se no próprio santuário no qual se guardavam e se perpetuavam os valores culturais cultivados durante séculos” (Rambo, 1994, p. 07).

Os primeiros imigrantes teutos² vieram imbuídos da mentalidade que atribuía importância à função da escola, pois provieram de regiões alemãs nas quais ocorrera a primeira grande mobilização em favor da escola para todos como condição para o exercício da cidadania. No início do século XIX, “Fichte e Pestalozzi enfatizaram a ideia de que as reformas sociais e políticas deveriam surgir pela educação. Educação para todos seria a condição básica para regenerar a sociedade e assegurar, a todas as crianças, o desenvolvimento moral e intelectual” (Kreutz, 1994, p. 16). Ressalta-se que a época inicial da imigração teuta, no RS, coincidiu com “[...] a maré alta da implantação generalizada da escola elementar na Prússia, a renovação de métodos, a formação de professores e de escolas normais e a formação da mística em torno da educação como meio de reconstrução nacional” (Kreutz, 1994, p. 18).

Havia um zelo especial, por parte dos imigrantes teutos, em criar condições físicas e sociais apropriadas para o estabelecimento das interações econômicas, sociais e culturais de uma comunidade rural, destacando-se a íntima conexão entre igreja e escola. “A escola

² Seyferth (1981, p. 74) define o termo da seguinte maneira: “Ainda têm a língua alemã como materna, tenham eles nascidos suíços, brasileiros, austríacos, russos, alemães [...] mas têm sua pátria no Brasil. Considera-se membro de uma comunidade étnica alemã, mas a lealdade política pertence ao Brasil e não à Alemanha”.

comunitária ou paroquial foi uma instituição singular, com o mérito de suprir a ausência inicial das escolas públicas e criar uma situação original em sua área de abrangência: vastas regiões de população rural com grau quase zero de analfabetismo” (Kreutz, 1994, p. 21). Essa ideia é confirmada nas palavras de Dreher (2008), para quem uma das preocupações dos imigrantes foi criar a escola para que os filhos fossem alfabetizados. Não poucas vezes isso precedeu a construção da igreja e, quando não, a modesta escolinha abrigava também os ofícios religiosos.

Dessa forma, a iniciativa comunitária se antecipou à ação do Estado na maioria das localidades em solo gaúcho e, na ausência de profissionais formados, escolhia-se aquele que tivesse melhor escolaridade entre os cidadãos da aldeia para a função docente, sendo a aula ministrada na língua materna do professor. Desse ensino doméstico nasceram as primeiras escolas.

Confiavam-se as crianças a uma pessoa idosa ou incapaz de cultivar a terra, um pouco mais adiantada que as outras em leitura, escrita e cálculo, encarregados de ensinar as primeiras noções. A escolaridade era curta, geralmente um ano, muitas vezes interrompida pelos trabalhos agrícolas. As crianças mais afastadas iam para escola a pé ou a cavalo. Como os órgãos pangermanistas³ tardiamente forneceram material às escolas teuto-brasileiras, houve lugar para a elaboração de livros de classe pelos mestres teuto-brasileiros e para a atividade de casas de edições didáticas. Assim, logo surgiram duas características da escola teuto-brasileira: a autonomia em relação à Alemanha e ao Brasil e a organização interna ligada a comunidades religiosas (Roche, 1969, p. 665).

Kreutz (1994) e Rambo (1994) dividiram em cinco fases a evolução da escola teuto-brasileira gaúcha, conforme apresentado no Quadro 1.

Período	Características
	• Falta de escolas públicas; • Surgimento das escolas comunitárias (<i>Gemeindeschule</i>)⁴;

³ De acordo com Roche (1969), as associações ou instituições pangermanistas procuravam manter o *Deutschtum* (a língua, a cultura, o espírito alemão, a lealdade à Alemanha, ou seja, o patrimônio cultural alemão).

⁴ Pelo fato de terem sido criadas e mantidas com recursos próprios, sem o auxílio nem da Igreja, nem do Estado, as escolas dos colonos alemães eram particulares ou

1824 – 1850	• Professores com pouca qualificação; • Frequência irregular às aulas.
1850 – 1875	• Influência dos <i>Brummer</i>⁵; • Presença dos padres jesuítas⁶; • Professores melhor qualificados.
1875 – 1900	• Aumento do número de escolas; • Criação de associações de professores (católica e evangélica)⁷; • Escolas com conotação confessional; • Currículo e período escolar informal.
1900 – 1938	• Frequência obrigatória de 4 anos em 1900 e de 5 anos a partir de 1920; • Matérias do currículo: religião, línguas, aritmética, realia⁸ e canto;

comunitárias. A escola tinha dupla missão: a alfabetização aliada à formação religiosa. Postulava-se a moldagem de uma personalidade sólida e integrada, estruturada sobre bases e princípios éticos, morais e religiosos, capazes de resistir à desintegração cultural. Os conhecimentos essenciais da língua, os rudimentos do cálculo e os conhecimentos gerais, de um lado, e a doutrina e os preceitos essenciais da religião, do outro, formavam uma simbiose perfeita e indissolúvel. A escola não reduzia suas atividades ao ensino formal da religião, mas representava o núcleo preservador de toda uma tradição cultural, política, social, artística, moral e religiosa (Rambo, 1994).

⁵ Os *Brummer* eram mercenários recrutados pelo Brasil na Alemanha. Depois de licenciados do exército brasileiro, parte deles permaneceu no RS. Tornaram-se conhecidos pelo seu grau de formação acadêmica e por suas ideias e posições em relação à organização econômica, social e política. Foram apelidados de *Brummer* por serem contestadores e questionadores da ordem que se estabelecia (Kreutz, 1994).

⁶ A partir de 1850, a Igreja Católica promoveu, nos estados alemães, uma rearticulação da escola em acordo com o objetivo religioso. Nesse contexto, Bismarck expulsou os jesuítas da Alemanha, dos quais um significativo número veio para a Província de São Pedro iniciando a dinamização de um conjunto de organizações comunitárias entre teuto-brasileiros católicos no RS, especialmente escolas (Kreutz, 1994).

⁷ Em 1898, foi fundada a Associação dos Professores Primários Católicos Alemães, que atuou na construção de prédios, na publicação de manuais didáticos, na fundação de uma caixa de aposentadoria e de um seminário para a formação dos professores primários, com mestres vindos da Alemanha, e, depois, na abertura de uma escola normal para moças. Em 1901, foi criada a Associação dos Professores Evangélicos Teuto-Brasileiros para o aprimoramento do padrão de ensino e a manutenção da escola fiel à sua missão no seio das comunidades (Roche, 1969).

⁸ A realia era constituída por ciências, história e geografia (Kreutz, 1994).

	• Surgimento das escolas paroquiais luteranas missourianas; • Criação de seminários para formação de professores⁹.
1938 – ...	• Campanha de nacionalização das escolas¹⁰; • A escola passou a servir aos interesses do Estado; • Ensino obrigatório da Língua Portuguesa.

Quadro 1. Evolução da escola teuto-brasileira gaúcha.

Fonte: Kreutz (1994) e Rambo (1994).

Conforme mostrado no Quadro 1, até o final do século XIX, o período de escolarização nas colônias era flexível, geralmente com duração de dois ou três anos. Nada de escolas bem instaladas, nada de material didático além do estritamente necessário e poucos professores com formação. No final do século XIX, conforme Rambo (1996), o sistema escolar como um todo reclamava unidade de currículo. O corpo docente exigia unidade de propósitos, unidade de métodos, unidade de pensamentos e unidade de estratégias didático-pedagógicas. À Associação dos Professores, cuja pretensão era o bem-estar da escola e do professor, foi confiada a responsabilidade pelo nível religioso, cultural e material das comunidades dos imigrantes alemães. Como, a partir do século XX, tornou-se obrigatória a escolarização mínima de quatro anos, passando para cinco anos na década de 1920, começaram a ser expedidas orientações didáticas comuns, havendo pequenas variações de nível confessional. Mesmo que a intenção das associações de professores e das igrejas fosse a escolarização mínima de quatro ou cinco anos, muitas crianças somente estudavam dois ou três anos, pois precisavam ajudar os pais nos afazeres agrícolas, sendo desmotivadas de continuar os estudos.

Até a década de 1890, em suas escolas, os imigrantes utilizaram majoritariamente os livros por eles trazidos e que tinham sido elaborados e impressos na Alemanha. Como “[...] a escola era concebida em função da

⁹ Criou-se uma instituição para a formação de professores destinados às escolas do meio colonial, conhecida como seminário para professores ou escola normal (*Lehrerseminar*). O primeiro desses seminários se localizou em Arroio do Meio, após ter sido fundado em Estrela em 1923. A partir de 1930, passou o mesmo a funcionar em Hamburgo Velho (Rambo, 1994).

¹⁰ A partir de abril de 1938, com a estratégia da nacionalização compulsória, houve uma série de decretos estaduais e federais disciplinando a licença de professores, o material didático a ser usado, tornando o idioma nacional obrigatório para a instrução (Kreutz, 1994).

família, da comunidade e da igreja, buscando-se o envolvimento efetivo entre o trabalho escolar e a situação real de vida dos alunos” (Kreutz, 1991, p. 32), os professores enfatizavam na prática que o processo pedagógico e o material escolar deveriam ser pautados sempre na realidade dos alunos, concorrendo para sua inserção mais efetiva nessa mesma realidade. Surgiu então uma “[...] ampla produção de material didático elaborado especialmente para a escola teuto-brasileira, e os alunos eram efetivamente alfabetizados, dominando os elementos básicos da escrita, da leitura e das operações matemáticas, além de se engajarem ativamente nas estruturas comunitárias” (Kreutz, 1994, p. 23). As duas associações de professores teuto-brasileiros (católica e evangélica) estimularam a elaboração de cartilhas, manuais de cálculo, livros de leitura, livros de canto, catecismos, bíblias, livros de história, de geografia, mapas, etc. Além disso, produziram manuais de didática e livros de orientação pedagógica.

Retoma-se aqui que o foco deste artigo é a escola missouriana no estado gaúcho. Na seção seguinte, será aprofundada a análise sobre essa ação educacional missouriana no RS, visto que Kreutz (1994), ao usar o termo ‘evangélicos’, não faz distinção entre aqueles ligados ao Sínodo Rio-Grandense¹¹ e aqueles filiados ao Sínodo de Missouri¹². De acordo com Steyer (1999), o Sínodo Rio-Grandense optou por uma confessionalidade livre e o Sínodo de Missouri, em posição oposta, optou pela confessionalidade estrita. Segundo seus estatutos, o Sínodo de Missouri obrigava todas as comunidades e pastores a uma mesma identidade doutrinária.

2 A trajetória educacional das escolas paroquiais luteranas missourianas gaúchas durante a primeira metade do século XX

¹¹ Com a chegada de pastores luteranos da Alemanha, entre os quais se distinguiram Pechmann, Hoetinger e Rotermund, as paróquias começaram a se desenvolver. Com base nos planos do pastor Rotermund, foram preparados os estatutos do Sínodo Rio-Grandense, constituído em 1866, em São Leopoldo, por sete igrejas que cobriam toda a zona das colônias: São Leopoldo, Lomba Grande, Dois Irmãos, Mundo Novo (Taquara), Caí, Teutônia, Santa Maria da Boca do Monte (Roche, 1969).

¹² Em 1847, um grupo de imigrantes luteranos alemães da Saxônia fundou, no estado de Missouri (Estados Unidos), o Sínodo Evangélico Luterano Alemão de Missouri, Ohio e Outros Estados, atualmente Igreja Luterana - Sínodo de Missouri (Warth, 1979).

Em 1900, com o início do trabalho missionário do Sínodo de Missouri no RS, além das congregações luteranas, começaram a ser fundadas escolas paroquiais. Para os missourianos, era necessário consolidar um campo religioso e fortalecê-lo investindo na escola paroquial, de forma a influenciar o campo familiar dos seus possíveis fiéis. Por isso, os missourianos não somente cuidaram da formação de ministros como também de professores. “A escola paroquial se revelou como uma grande benção para o bem e o desenvolvimento da Igreja Luterana. As congregações que mantinham escolas paroquiais, geralmente, eram as melhores congregações” (Warth, 1979, p. 195). Assim, as escolas precisavam compor um corpo docente que atuasse de acordo com a filosofia educacional missouriana e com seus objetivos como agência missionária e de educação geral.

2.1 As escolas paroquiais luteranas missourianas gaúchas

A criação e a promoção de escolas paroquiais foi uma das principais marcas da IELB no primeiro meio século de sua existência no RS. Conforme Lemke (2001), os colonos haviam estabelecido dezenas de escolas e congregações que, na ausência de pastores ordenados, eram atendidas por leigos sem formação teológica e até mesmo sem qualificação moral para o cargo. Com o início do trabalho do Sínodo de Missouri no RS, ocorreram desavenças com os pastores leigos e também com os do Sínodo Rio-Grandense. “Jornais e revistas do Brasil, Alemanha e Estados Unidos, acusavam os missourianos de serem agentes a serviço de interesses políticos e econômicos dos Estados Unidos. Fatos que tumultuaram o início das escolas da Igreja” (Lemke, 2001, p. 72).

O pastor Broders fundou a primeira dessas escolas na Colônia São Pedro (Pelotas/RS) e declarou: “Se queremos ter sucesso na missão, precisamos, com certeza, valorizar a escola paroquial”. Como existiam poucas escolas públicas nas áreas onde viviam os imigrantes alemães, na maioria dos casos, a única alternativa para a falta de oportunidades de educação eram as escolas paroquiais (Rehfeldt, 2003).

A primeira escola paroquial luterana missouriana gaúcha, criada em 26 de agosto de 1900 na Colônia São Pedro, é assim descrita por Steyer (1999):

A mesma funcionava num imóvel adquirido pela congregação onde se realizavam os cultos dominicais. A sala media 8 x 14 m. O problema não era espaço para abrigar os alunos, mas sim a falta de material didático. Não havia

livros, nem outros objetos escolares. Havia apenas a boa vontade do pastor Broders e a de seus 22 alunos, número que logo subiu para 30 crianças. Entre não abrir uma escola e deixar 30 crianças crescerem analfabetas, Broders preferiu assumir o desafio e, na base da recitação, da memorização, incutir o máximo de ensino nestas crianças (Steyer, 1999, p. 36).

Conforme Warth (1979), na escola paroquial luterana missouriana, ensinavam-se as matérias seculares e, principalmente, a palavra de Deus. Uma educação verdadeiramente cristã consistia em que as crianças conhecessem o seu Salvador e soubessem como ficar salvas eternamente. Deviam, entretanto, ter também outros conhecimentos para que pudessem ser bons cidadãos. Os pais, geralmente, não tinham tempo nem capacidade para, por si mesmos, proporcionar os devidos ensinamentos aos filhos, recorrendo então a uma escola paroquial luterana missouriana:

Numa escola paroquial, o professor, além das matérias seculares, exigidas pelas leis do estado, antes de tudo, ensinava a religião. O ensino diário de todas as matérias e de toda a educação deveria estar sob a influência da palavra de Deus. Numa escola cristã reinava um espírito cristão, e os alunos não estavam em perigo de aprender coisas que não condiziam com a palavra de Deus e a disciplina cristã (Warth, 1979, p. 195).

Na escola paroquial luterana de Porto Alegre cujas atividades foram iniciadas em setembro de 1902, preocupava a falta de um professor de tempo integral, pois os pastores Mahler e Klein “[...] davam diariamente 6h de aulas (25 alunos na classe de alfabetização). Às quartas-feiras e aos sábados quatro aulas e três vezes por semana aulas noturnas, das 19h às 21h 30min. Além disso, instrução de confirmandos semanalmente e dois cultos por domingo” (Steyer, 1999, p. 58). De acordo com Buss (2005, p. 54), “[...] a pedido de alguns jovens que queriam ser alfabetizados, os dois pastores iniciaram, também, uma escola noturna. Em dezembro, a matrícula da escola diurna somava 42 alunos e a da escola noturna, 24 alunos”. Assim, “[...] a escola da congregação luterana de Porto Alegre foi a primeira a solicitar um professor sinodal dos Estados Unidos. O professor Henry Wilke aceitou o chamado e foi instalado na escola em 01 de novembro de 1903” (Rehfeldt, 2003, p. 52).

Conforme Weiduschadt (2007), as escolas paroquiais luteranas missourianas eram assim caracterizadas:

As escolas eram organizadas de forma multisseriada. Na maioria das vezes, o pastor da comunidade era, ao mesmo tempo, o professor. As turmas eram compostas de 20 a 40 alunos. [...] A comunidade sustentava a estrutura física e mantinham o professor da escola. O prédio era muitas vezes o mesmo local do templo. [...] A ligação entre a escola e a igreja era importante, porque logo no início da formação das comunidades o ensino doutrinário e pedagógico era ressaltado e sua suplementação implicava questões econômicas e culturais para a implementação. [...] O projeto escolar dentro da comunidade religiosa era marcante, a orientação e a obrigação de os pais enviarem os filhos à escola eram quase obrigatórias, com sanções econômicas e morais, caso não concordassem (Weiduschadt, 2007, p. 166-169).

Sobre a manutenção das escolas paroquiais, Lemke (2001, p. 80) complementa: “[...] os pais contribuíram com suas ofertas em dinheiro e mantimentos, tanto para o sustento do pastor, como para o do professor, os quais, na maioria das vezes, eram a mesma pessoa. Essa contribuição era livre e espontânea (no sentido bíblico da oferta)”.

De acordo com Weiduschadt (2012), as comunidades de imigrantes alemães haviam se organizado para criar igrejas e escolas de forma independente, por meio de uma associação comunitária. O fato de estarem ligadas a uma instituição oficial, como o Sínodo de Missouri, preocupava esses imigrantes na medida em que tinham medo de perder sua autonomia econômica e social. Ao mesmo tempo, o Sínodo investia na aceitação de uma igreja oficial, tentando convencer as comunidades da importância de uma religião organizada, e no investimento na formação cristã e geral de pastores e professores, bem como na consolidação da organização escolar. Dessa forma, o Sínodo de Missouri mantinha a preocupação de oferecer um ensino sistematizado para seus fiéis, fundando escolas paroquiais junto às congregações.

Segundo Lemke (2001), muitas vezes, grupos indiferentes religiosamente pediam ao Sínodo de Missouri para providenciar instrução para seus filhos:

Isso favoreceu o crescimento da IELB, mas, dificultou o trabalho dos pastores, pois as escolas eles procuravam, porém, participavam pouco dos cultos. Mesmo assim, a escola foi um grande instrumento missionário. A escola é o elo, é o ponto chave da comunidade. Começou a preocupação de se mandar

professores sinodais para o Brasil. Foi também nas escolas paroquiais que o trabalho em português começou. Muitos pastores ficavam esgotados pela sobrecarga de trabalho na igreja e nas escolas (Lemke, 2001, p. 73).

Ainda segundo a mesma autora, por meio das comunidades, os pais instalavam as escolas e todos os filhos dos colonos as frequentavam. Inclusive, era exigência nas colônias que as crianças tivessem certa escolaridade para poder ingressar no ensino confirmatório e realizar sua profissão de fé cristã. “O ensino da Palavra de Deus, através da Bíblia, ficava em primeiro lugar, e as demais disciplinas não eram menos prezadas, mas complementavam a educação para servir no mundo” (Lemke, 2001, p. 80).

Na pesquisa realizada, observou-se também a articulação de um livro de aritmética com a prática religiosa, na medida em que, nas ilustrações, os alunos estão saindo da escola no sábado e se dirigindo para a igreja no domingo, conforme se observa na Figura 2. A ilustração fazia parte da Primeira Aritmética da série Ordem e Progresso, final da primeira unidade de estudo proposta no livro, na qual eram estudados os números naturais até 10, e não tinha qualquer conexão, nem com esse conteúdo nem com a unidade seguinte, a dos números naturais até 20. Dessa forma, fica subentendido o incentivo à prática religiosa nas aulas de Matemática. Para Warth (1979, p. 195), “[...] o ensino diário de todas as matérias e de toda a educação deveria estar sob a influência da palavra de Deus. Numa escola cristã reinava um espírito cristão, e os alunos não estavam em perigo de aprender coisas que não condiziam com a palavra de Deus e a disciplina cristã”.

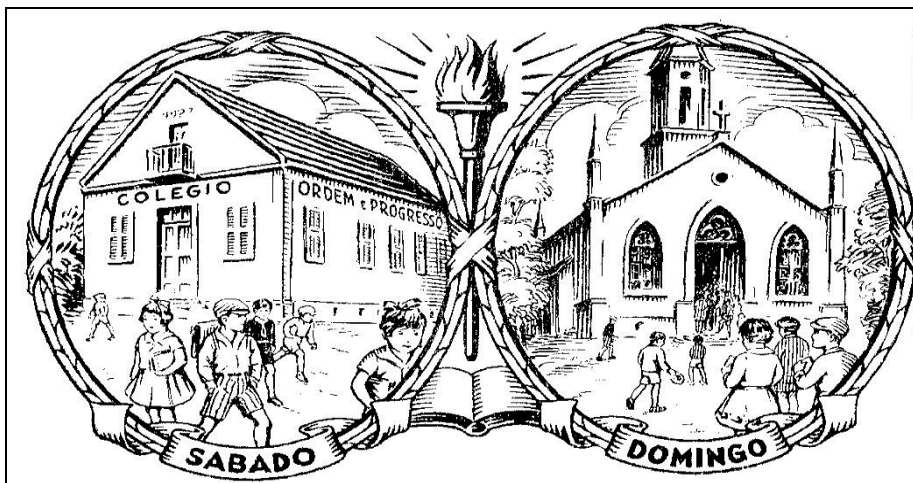


Figura 2. Saída do colégio aos sábados e entrada na igreja aos domingos.

Fonte: Strelow, [193-], p. 26.

Ainda conforme Weiduschadt (2007), geralmente, as aulas aconteciam pela manhã de segunda a sábado, sendo complementadas à tarde com ensino confirmatório:

No início da aula era feita uma oração, em seguida continuavam ouvindo histórias bíblicas, que eram contos da Bíblia em forma de história ilustrada ou aprendiam os hinos religiosos. Através da religiosidade as práticas de leitura eram enfatizadas na aprendizagem dos alunos. Mas os conhecimentos clássicos também eram valorizados e transmitidos aos alunos. Apesar de não terem uma avaliação formal com boletins e provas, as crianças aprendiam conhecimentos gerais que lhes possibilitavam algumas noções de mundo e da natureza. Estes conhecimentos previam certa relação e subordinação aos preceitos da ordem religiosa do Sínodo. Apesar de não haver uma avaliação formal e documental, havia uma avaliação comunitária, reforçando o sentimento de pertença e o engajamento entre escola, igreja e vida social comunitária (Weiduschadt, 2007, p. 180-181).

Conforme Goerl (1993, p. 161), “[...] na colônia, os alunos podiam decorar com facilidade; na cidade os alunos ganhavam na leitura porque tinham mais estímulos em casa e letreiros em toda parte. Na aritmética

ganhavam sempre, mas na memorização do Catecismo ganhavam os da colônia”. Também havia crianças que passavam por fracassos escolares nas escolas paroquiais. “Não conseguiram se adaptar à escola. Seja pela maneira de o professor conduzir o ensino, seja pela forma de organização escolar, ou, ainda, pela dedicação às atividades domésticas. Não conseguiram continuar indo à escola” (Weiduschadt, 2007, p. 197). Esta ideia é reforçada por Steyer (apud Kuhn, 2015, p. 236), ao afirmar que “[...] em épocas de colheita a ausência de alunos era muito grande, pois tinham de ajudar aos pais. O mesmo acontecia em épocas de chuva, pois muitos riachos não davam passagem no caminho para escola”.

Conforme Mahler (apud Buss, 2005, p. 54), “[...] os jovens eram diariamente instruídos na palavra de Deus e assim, esperava-se que os mesmos saíssem das escolas cada vez mais membros da Igreja, bem fundamentados na palavra de Deus e ricos em conhecimento”. Dessa forma, os egressos das escolas paroquiais tinham maior conhecimento da Bíblia e uma formação consistente de crenças e valores cristãos tradicionais que enfatizava a importância do relacionamento com Deus e com outras pessoas. Tinha-se a preocupação pedagógica de ajudar para que a espiritualidade fosse vivida no dia a dia e não se reduzisse a ritos religiosos.

Lüdke (2005) destaca três conceitos de Lutero sobre a educação, os quais se refletem no trabalho desenvolvido nas escolas paroquiais missourianas:

1. O Evangelho como base para a educação cristã. Dentro dele, implicitamente aparece o conceito de ‘formação integral do ser humano’. Assim, para melhorar a vida no planeta, a solução estaria na transformação do homem e esta precisaria ocorrer em seu coração.
2. A família como centro da educação, ou seja, a educação é responsabilidade dos pais. Por isso, era imprescindível que as escolas paroquiais buscassem integrar as famílias em suas atividades.
3. A educação é instrumento de Deus para governar o mundo. O homem é um ser que traz consigo dons a serem desenvolvidos e utilizados. Desta forma, o desempenho de uma vocação-profissão (*Beruf*) era o atendimento ao chamado de Deus para colaborar (Lüdke, 2005, p. 121-123, grifo do autor).

Assim, as escolas paroquiais tinham uma responsabilidade para com a comunidade no sentido de, juntamente com ela, promover o crescimento e o desenvolvimento pessoal de todos os que a compunham, focando, principalmente, a cidadania. Se a escola formasse o ser humano com postura ética e moral exemplar, ele poderia promover transformações sólidas em seu contexto social e seria um verdadeiro colaborador de Deus para o governo do mundo.

Para melhor organizar o ensino nas escolas paroquiais luteranas missourianas gaúchas, a IELB realizava reuniões periódicas com seus professores. Nesse sentido, em 23 de agosto de 1915, em Ijuí/RS, foi organizada a Conferência Evangélica de Professores. Segundo Lemke (2001), os principais pontos abordados nessa conferência foram:

Reuniões periódicas para tratar de assuntos pedagógicos, para sentir o espírito da união; estudo de métodos regulares para conseguir uniformidade e qualidade no trato das matérias; conferências a fim de servir de elo para as comunidades darem mais atenção às escolas; elevação espiritual do nível do professor; criação, eventual, de uma biblioteca escolar; ficou resolvido também que o Distrito Brasileiro do Sínodo Missouri editaria livros escolares (Lemke, 2001, p. 75).

Na Figura 3, apresenta-se um resumo esquemático das principais características das escolas paroquiais luteranas missourianas gaúchas durante a primeira metade do século XX:

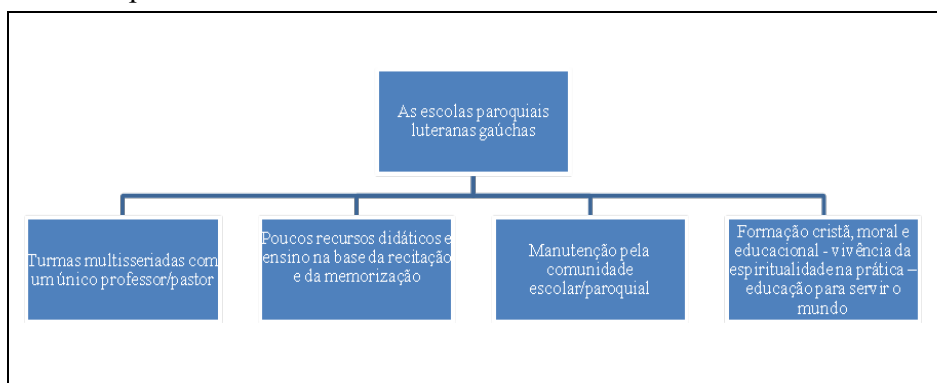


Figura 3. As escolas paroquiais luteranas gaúchas durante a primeira metade do século XX.

Fonte: Os autores.

Na seção seguinte, fala-se sobre os professores das escolas paroquiais luteranas missourianas e a sua formação no Seminário Concórdia.

2.2 Os professores paroquiais e sua formação

O professor paroquial era uma figura bem característica e original na história da colonização teuto-brasileira. Seu surgimento tem raízes na tradicional preocupação com a questão escolar dos imigrantes alemães e seus descendentes, entendida por estes como um meio de se estabelecer econômica e culturalmente nas colônias recebidas. “Diversos professores, durante muitos anos, tiveram que atender duas escolas, tendo de cavalgar debaixo de um sol abrasador ou exposto à incidência de mau tempo, ao meio-dia, durante uma hora ou mais, para se deslocarem de uma escola à outra” (Warth, 1979, p. 198).

A tarefa do professor paroquial não se esgotava no ensino das primeiras letras e no fornecimento dos conhecimentos mínimos necessários para que os filhos dos colonos se movimentassem em seu universo social e obtivessem um mínimo de sucesso. Sua incumbência abrangia as iniciativas da comunidade, devendo conduzi-las e lhes assegurar êxito. Essa investidura o credenciava para liderar atividades importantes referentes à religião, à escola, à educação e às iniciativas de natureza social, cultural e econômica. Sua presença inconfundível, indispensável, marcou o perfil das comunidades teuto-brasileiras até o final da década de 1930. Conforme Goerl (1993, p. 160), “[...] o professor paroquial, além de dar aulas na escola paroquial, tinha a instrução de confirmandos, os cultos aos domingos, visita a doentes, os enterros e os casamentos”. O exercício dessa missão comunitária era encarado como fruto de uma verdadeira vocação.

Os professores das primeiras escolas paroquiais luteranas missourianas gaúchas eram os próprios pastores das congregações. Geralmente, os professores paroquiais eram muito rígidos, tanto no ensino quanto no cotidiano social da comunidade. “A educação precisava estar centrada na disciplina. Deveriam especializar-se nos ensinamentos religiosos e clássicos e, ao mesmo tempo, serem exemplos de conduta e firmeza, a fim de poderem cobrar um comportamento desejável dos seus alunos” (Weiduschadt, 2007, p. 178).

A direção do Sínodo de Missouri havia constatado que “[...] era impossível esperar um maior envio de obreiros dos Estados Unidos, devido à falta de pastores lá, o alto custo do envio, manutenção dos

pastores e professores no RS e o problema da adaptação climática e social, o que levou alguns logo retornarem à pátria” (Steyer, 1999, p. 81). Por isso, em 27 de outubro de 1903, fundou o Instituto para a formação de professores e pastores em Bom Jesus II, interior de São Lourenço do Sul/RS. A direção desse instituto coube ao pastor Hartmeister.

Como os objetivos do Instituto eram preparar e habilitar jovens para exercer o magistério e o ministério pastoral, ofereceram-se dois cursos: o primeiro, de quatro anos, visava formar professores sinodais; o segundo curso, tendo como objetivo formar pastores, era mais longo e abrangia um maior número de disciplinas. “O pastor Hartmeister enfatiza que em ambos os cursos prevaleceria a formação do caráter moral e espiritual dos jovens, já que são qualidades mais necessárias e mais úteis do que a filosofia” (Steyer, 1999, p. 88).

Conforme Warth (1979), o pastor Hartmeister atendia à congregação com cultos, lecionava na escola paroquial pela manhã e, à tarde, lecionava no Instituto. Quanto aos primeiros cinco alunos do Instituto, “[...] pela manhã deveriam trabalhar na roça, para assim ajudarem no custeio da pensão, à tarde teriam as aulas e parte da noite seria dedicada aos estudos e tarefas escolares” (Steyer, 1999, p. 87). Eles precisavam trabalhar quatro horas diárias, das 7h 30min às 11h 30min, para garantir seu sustento. As aulas eram das 14h às 17h, isto de segunda a sábado. “O programa de estudos incluía: História Bíblica, Catecismo, Hinos e Salmos, Línguas Alemã, Portuguesa e Latina, História Brasileira, História Geral, Geografia, Zoologia, Matemática, Desenho, Canto e outras disciplinas” (Rehfeldt, 2003, p. 55).

As aulas do Instituto sempre iniciavam com a aula de Religião. Nas segundas, quartas e sextas-feiras eram as aulas de Doutrina Cristã. E nas terças, quintas e sábados, as aulas de Bíblia. Todos os versículos bíblicos contidos no Catecismo Menor de Lutero eram memorizados, além de 15 hinos sacros e ainda 6 salmos. As matérias seculares eram assim distribuídas: três horas semanais para Matemática, enfatizando-se as quatro operações, o sistema decimal e as frações; bem como três horas semanais para a Língua Alemã, com ênfase na semântica e na sintaxe. O único livro texto para o estudo da língua alemã era editado pela *Concordia Publishing House* de Saint Louis, EUA. Cada aluno lia um parágrafo. O professor observava a pronúncia, inflexão de voz e a correta acentuação. A leitura do texto servia para ditar as regras

gramaticais que os alunos anotavam num caderno. De três em três semanas, exigia-se também um trabalho de dissertação, tanto sobre um tema dado, como de livre escolha. Para o estudo de História Universal, o livro texto se chamava *Weltgeschichte* (História do Mundo). Para Geografia não havia livro texto, nem mesmo em português. Faltavam também os mapas. Assim, os contornos geográficos dos continentes e países eram desenhados pelo professor no quadro negro. O conteúdo das demais disciplinas era ditado pelo professor para ser anotado pelos alunos em seus cadernos. Duas horas semanais eram dedicadas ao estudo do Latim, com ênfase nas regras gramaticais. Para Ciências Naturais e Língua Portuguesa era dedicada uma aula semanal respectivamente. Em Língua Portuguesa os alunos sabiam mais do que o próprio professor, por isso este apenas supervisionava esta atividade (Steyer, 1999, p. 89-90).

De acordo com Weiduschadt (2007), o currículo do Instituto foi baseado nos seminários norte-americanos, porém, adaptado ao tempo e às condições para suprir a necessidade de professores. O currículo enfatizava o aprendizado da religião, sem esquecer os conhecimentos seculares. Havia uma ênfase pedagógica, pois os alunos tinham contato com a escola paroquial, na qual podiam exercer a função de professor.

Apesar das dificuldades financeiras e materiais, o pastor Hartmeister conduziu o Instituto até o final do ano letivo de 1904. Ao iniciar o ano letivo de 1905, não pode seguir avante, pois sua esposa estava com problemas de saúde. Os alunos foram dispensados com a promessa de serem chamados de volta tão logo o permitisse o estado clínico da esposa. “A falta de recursos médicos locais e a crescente debilidade física e psíquica da esposa levaram o pastor Hartmeister à decisão de retornar aos Estados Unidos, pelos menos temporariamente, até que se restabelecesse a saúde da sua esposa” (Steyer, 1999, p. 119). Em 1905, o Instituto fechou suas portas, reabrindo-as em 1907, quando foi transferido para Porto Alegre, e reiniciou as aulas com uma estrutura física e pedagógica que se aprimorou com o passar dos anos. Em 1908, tornou-se o Seminário Evangélico Luterano Concórdia, responsável pela formação de inúmeros professores paroquiais e pastores em toda sua história.

Segundo Weiduschadt (2007), em 1909, as notícias sobre o Seminário Concórdia justificam a eficiência da instituição:

Uma comissão se dedicava a fazer um plano para as escolas rurais e as escolas da cidade. Dessa forma, nota-se a ampliação do Seminário e o fortalecimento da instituição a fim de suprir o trabalho de pastores e das escolas. A formação de alguns alunos era mais rápida devido à necessidade de mais trabalhadores nas escolas e nas igrejas. Em 1911, uma avaliação do Seminário em Porto Alegre, apontou o pouco tempo de preparação dos alunos, considerando-se ideal, quatro anos de ensino. Se os professores não estivessem preparados, a educação correria o risco de fracassar ou não demonstrar a competência do Sínodo. Mesmo assim, muitas escolas precisavam de professores e não era possível esperar o tempo de formação (Weiduschadt, 2007, p. 141).

Em 1917, além da formação de pastores e professores para IELB, o Seminário Concórdia aceitava moças que procurassem por educação geral. A instrução era gratuita, salvo para aqueles que não pretendiam servir a Igreja. Estes pagavam a mensalidade de instrução. O Seminário abrangia o Curso Pré-Seminário, o Curso Normal e o Curso de Teologia. O Curso Normal tinha duração de 6 anos, iniciando-se pelo Pré-Seminário:

O Pré-Seminário, abrangendo 4 anos letivos: Português, Latim, Aritmética, História Universal, Alemão, Geometria, Caligrafia, Inglês, Grego, História Pátria, Desenho. O Curso Normal, abrangendo mais 2 anos acima do primeiro curso: continuação do anterior, exceto Latim e Grego, Bibliologia, História Eclesiástica, Simbólica, Simbólica Comparativa, Pedagogia, História da Pedagogia, Catequética (Kunstmann, 1917, p. 02).

Pelas disciplinas do Curso Normal, observa-se a ênfase na formação religiosa dos professores para as escolas paroquiais. Weiduschadt (2012) acrescenta que o Sínodo de Missouri se empenhou em atender à necessidade de formar pastores e professores, qualificando-os para o trabalho religioso e escolar. Isso porque a formação das escolas paroquiais apresentava, em muitos casos, um pastor formado, que era, ao mesmo tempo, professor, ou um professor com formação mínima. Segundo Lemke (2001, p. 77), “[...] na falta de professores, estudantes do Instituto/Seminário serviam temporariamente como professores nestas escolas”.

Buss (2005) acrescenta que o número de professores formados no Seminário de Porto Alegre ficava aquém das necessidades:

Vinte e três anos após o início da missão missouriana, no Brasil, ainda persistia uma aguda falta de professores, embora quase todos os pastores estivessem lecionando. O Sínodo de Missouri não podia enviar professores porque não conseguia formar nem mesmo um número suficiente para atender a demanda nos Estados Unidos. Em consequência, a IELB passou a aceitar os serviços de pessoas sem formação pedagógica formal, denominadas professores auxiliares. Pastores, então, começaram a dar instrução particular a essas pessoas para equipá-las melhor no desempenho de sua tarefa. Além disso, a igreja promovia conferências de treinamento e realizava um curso por correspondência, obrigatório para os professores auxiliares (Buss, 2005, p. 60).

Já na década de 1930, segundo Weiduschadt (2012), com as escolas organizadas, a expansão foi considerável. O aumento do número de alunos e de escolas foi visível e as comunidades se fortaleciam com pastores e professores formados no Seminário Concórdia. A organização formal e devidamente institucionalizada do Seminário Concórdia favorecia uma demanda maior de formação de professores para atender às comunidades.

Na Figura 4, apresenta-se de forma sintética as principais características do professor paroquial luterano gaúcho:



Figura 4. Características do professor paroquial luterano gaúcho¹³.

Fonte: Os autores.

Para desenvolver seu trabalho nas comunidades, o professor paroquial necessitava de material didático.

2.3 A produção de material didático para as escolas paroquiais luteranas missourianas gaúchas

O Sínodo de Missouri mantinha acentuada preocupação com os recursos didáticos usados nas escolas, pois, em razão de sua escassez, era muito difícil manter um ensino planejado e organizado. Era necessário organizar o currículo das escolas, obter autonomia em relação à matriz e produzir material de acordo com a realidade brasileira. Segundo

¹³ Ressalta-se que a ordem na qual as características do professor paroquial aparecem na Figura 4 é aleatória.

Weiduschadt (2007), desde a fundação do Sínodo de Missouri, o pastor Broders, o primeiro missionário do Sínodo, relatava a necessidade de livros na escola para o ensino. As dificuldades aumentavam sem o uso desse recurso didático:

A leitura e a escrita no projeto do Sínodo, numa metodologia inicial e por força da necessidade, estavam em praticar a oralidade. O pastor usava o recurso oral porque não queria utilizar outro recurso didático que não fosse do Sínodo de Missouri. As práticas de leitura eram associadas às práticas de escrita, já que aprendiam a escrever. A escrita era em alemão gótico, aprendiam a escrever em letra cursiva, isso era comprovado na escrita das atas das comunidades paroquiais. O material usado para escrita era diferente. Não tinham muitos cadernos, a maioria dos livros era de leitura e os alunos não podiam escrever neles, pois eram usados por toda a família, ou seja, passados de uma criança mais velha a uma mais jovem. Geralmente o aproveitamento dos livros se dava entre irmãos. A maioria não tinha papel para escrever, alguns até usavam papel, mas era usado em pequena escala. O uso maior da escrita na escola era na ‘tabuinha’ (*Tafel*), onde se escrevia com uma pedra e depois se apagava. O que elas deveriam saber estava nas leituras ou na memorização. A ‘tabuinha’ servia para um treino para a escrita. A maioria das escolas rurais organizava a escrita dessa forma (Weiduschadt, 2007, p. 194, grifo do autor).

Ainda com relação aos livros didáticos, Weiduschadt (2007, p. 41) afirma que “[...] os livros usados nas escolas paroquiais e utilizados pelos alunos foram produzidos pelas instituições religiosas com intuito de formar e moldar as condutas e as práticas ao fazer a escolarização das comunidades”. Dessa forma, por meio dos livros didáticos e dos periódicos, as escolas paroquiais luteranas missourianas gaúchas conseguiram desenvolver uma educação integral cristã em várias áreas do conhecimento.

Enquanto a Editora Rotermund, de São Leopoldo, publicava o material didático relacionado ao Sínodo Rio-Grandense (Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil - IECLB) e os católicos recorriam mais à Typographia do Centro e à Livraria e Editora Selbach, ambas em Porto Alegre. A Casa Publicadora Concórdia de Porto Alegre editava e publicava os materiais para o Sínodo de Missouri (IELB), conforme ilustrado na Figura 5.

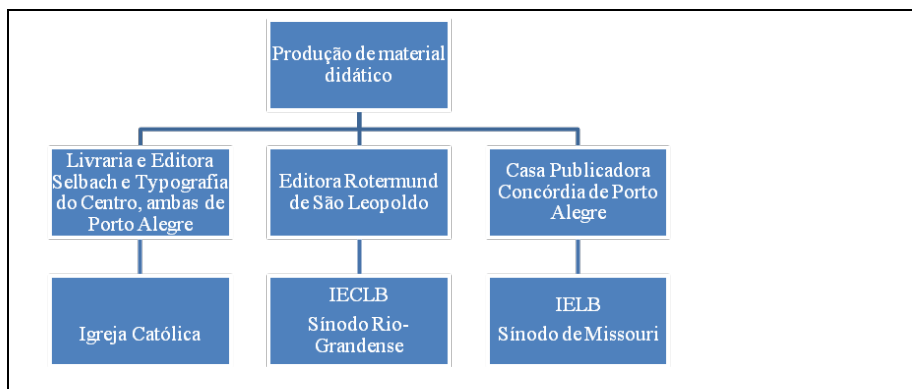


Figura 5. A produção de material didático para as escolas paroquiais.

Fonte: Os autores.

Weiduschadt (2012) também destaca a adoção de material didático próprio do Sinodo de Missouri nas instituições escolares. Antes da fundação da Casa Publicadora Concórdia em 1923 em Porto Alegre, os livros eram impressos pela *Concordia Publishing House*, nos Estados Unidos, e enviados para o Brasil. A Casa Publicadora Concórdia, como uma editora de livros relacionados à literatura religiosa, editava livros, catecismos e material religioso e escolar em geral. De acordo com Lemke (2001), em 1923, a Editora Concórdia lançou a Série Ordem e Progresso, que foi utilizada pelos professores e alunos:

Nesses livros, os próprios textos de alfabetização e cálculo ensinam as verdades bíblicas e contém temas de cunho moral cristão. No primeiro livro de leitura constavam temas como: O Natal; Jesus, o Bom Pastor; Oração da noite. Ele era ilustrado e continha explicações sobre gramática e ortografia. No final constavam explicações da edição em alemão. No segundo livro de leitura constavam os temas: Rocha Eterna; Jesus, o Bom Pastor; Oração da Manhã; Dia da Páscoa e outros temas gerais como o Hino do Descobrimento (Lemke, 2001, p. 79).

Conforme Buss (2005, p. 57), a Casa Publicadora Concórdia teve um papel importante “[...] na súbita transição do alemão para o português a que a IELB se viu submetida por força das leis de nacionalização. Ela

colocou à disposição da Igreja o material impresso em português para uso na escola e na Igreja nesse tempo crítico”.

Embora as escolas paroquiais luteranas missourianas gaúchas fossem se estruturando pedagogicamente aos poucos, sofreram com a nacionalização do ensino durante a primeira metade do século XX.

2.4 Os reflexos da campanha de nacionalização sobre as escolas paroquiais luteranas missourianas gaúchas

A partir de 1920, iniciou-se o processo da nacionalização do ensino, uma iniciativa do governo no sentido de abrir escolas públicas ao lado das particulares, para que as primeiras fossem absorvendo gradativamente a clientela das segundas. Em 10 de novembro de 1937, com Getúlio Vargas, surgiu o Estado Novo, com forte ênfase na nacionalização, que atingiu duramente a IELB:

Após a Primeira Guerra Mundial, a IELB retornara ao uso da língua alemã na Igreja e na escola porque a maioria dos membros não entendia a língua portuguesa. Embora, a Igreja houvesse encorajado seus professores a ensinar as disciplinas seculares em português e tivesse imprimido livros-textos nesta língua, os alunos não estavam preparados para uma transição súbita e completa para o português. A lei, agora, exigia que não se fizesse uso de nenhuma língua estrangeira na escola e nem mesmo no pátio da escola. O problema atingia as crianças que não compreendiam o português. Outro ponto da lei determinava que somente brasileiros natos pudessem ser diretores de escolas. Nessa época, apenas 40 dos 90 pastores e professores sinodais da IELB eram brasileiros natos. Em consequência, 24 das 139 escolas da Igreja foram fechadas, em 1938, e assim permaneceram até o fim da guerra (Buss, 2005, p. 56).

De acordo com Gans (1998), com o processo de nacionalização, os descendentes de imigrantes passaram a ser considerados inimigos da Pátria e, com o início da guerra em 1939, a situação se agravou ainda mais:

Começou a invasão de residências, queima de livros e documentos, até de panos de parede com dizeres em alemão. Pastores, padres e outras lideranças foram suspeitas, foram jogadas em prisões e campos de concentração. Falar alemão virou crime, sujeito a cadeia. E ainda uma lei que iria atingir muitas escolas: a proibição de uma pessoa estrangeira ocupar cargo de direção em

escola. Como o pastor Evers e sua esposa vieram da Alemanha, não podiam ocupar a função. Daí o pastor Evers apresentou sua filha mais velha, Mausi, dizendo que ela o substituíria com muita competência, sempre que ele era obrigado a se ausentar da escola. E com apenas 16 anos, a filha do pastor Evers começou a lecionar prá valer, junto com a mãe e assinava toda a documentação como diretora. Dessa forma, com uma brasileira na direção, não precisaria mais fechar a escola. E assim a escola seguiu, tendo apenas que trocar sua denominação de Escola Evangélica de Linha Brasil para Escola Evangélica Emílio Meyer (Gans, 1998, p. 20).

Nos anos seguintes, várias outras escolas paroquiais da IELB foram fechadas, “[...] reduzindo o número total das mesmas para 99, em 1940, e para 91, em 1941. O número total de alunos matriculados nestas escolas decresceu de 4159, em 1937, para 3554, em 1941” (Buss, 2005, p. 56). O decréscimo não foi maior porque as escolas em vilas e cidades conseguiram se adequar às exigências das novas leis e decretos, permanecendo, assim, abertas. No entanto, de acordo com Buss (2005, p. 57), “[...] onde as escolas foram fechadas, elas não foram substituídas por escolas públicas. As crianças ficaram temporariamente sem ensino algum, religioso ou secular”.

Ainda de acordo com Kreutz (1994), o período de nacionalização do ensino, especialmente na fase compulsória, trouxe dificuldades de adaptação, provocou acentuada queda no nível de ensino, mas não significou o fechamento e o fim das escolas teuto-brasileiras:

Não é verdade que o governo fechasse as escolas paroquiais pura e simplesmente. Num primeiro momento, grande parte destas escolas recebeu subvenção municipal, mantendo certa autonomia administrativa. Num segundo momento, estas escolas foram municipalizadas, isto é, tornaram-se escolas públicas. Estabeleceram-se acordos entre prefeituras e comunidades. O município assumia o ônus com o magistério. As comunidades mantinham a residência e as benfeitorias da terra da comunidade, postas para o usufruto do professor que, em compensação, prestava serviços sócio-religiosos e culturais à comunidade (Kreutz, 1994, p. 31).

As escolas comunitárias que sobreviveram à nacionalização tiveram que se adaptar à nova situação: “[...] mudança do nome das escolas que

tinham nomes alemães; troca de professores e diretores; participações em cursos para professores para a concessão de registro no Ministério da Educação e Cultura (MEC), e reorganização dos cursos de magistério” (Streck, 2005, p. 92).

Independentemente da campanha de nacionalização, os alunos e seus pais começavam a sentir a necessidade de se habilitar para um melhor aprendizado do português e ter condições de participar do crescente intercâmbio com o mundo externo à comunidade rural. Surgiram as possibilidades de opção pela escola pública. Uma série de fatores externos às comunidades rurais concorria para forçar sua transformação: “[...] a difusão do rádio, os novos e melhores meios de transporte quebraram o isolamento anterior e abriram caminho para transformações econômicas, pelo acesso a novos mercados e pela crescente modernização da agricultura” (Kreutz, 1994, p. 32).

Com a campanha de nacionalização, o fator étnico sobrepujava o social. “O Governo Brasileiro, impondo a nacionalização do ensino, deu-lhes a possibilidade de estender utilmente os estudos de seus filhos e de fazê-los chegar, assim, a funções públicas, a profissões liberais, a classes sociais dotadas de mais prestígio” (Roche, 1969, p. 573).

Segundo Buss (2005), todas as escolas da IELB, com exceção do seminário, eram de nível primário. Os missionários, no entanto, sentiam falta de uma escola na qual seus filhos pudessem continuar seus estudos. No ano de 1945, a IELB passou a contar com seu primeiro ginásio, que ainda hoje existe: o Colégio Concórdia de Porto Alegre. Em 1950, foi anexado a esse ginásio um internato para que alunos de outras regiões também pudessem estudar num ginásio luterano. Em 1958, foi adicionado a essa escola o curso colegial que oferecia uma formação técnica em comércio.

Registra-se que, após a Segunda Guerra Mundial, as escolas paroquiais da IELB voltaram a florescer. “Em 1950, suas 128 instituições somavam 5990 alunos. Chegaram a 8400 alunos e 148 escolas em 1956” (Buss, 2005, p. 57). Em seguida, as instituições paroquiais começaram a sofrer a concorrência de um número crescente de escolas públicas, fazendo com que muitas delas fechassem suas portas.

Considerações finais

Para os imigrantes alemães, a educação era um pré-requisito para uma autêntica religiosidade, para garantir o gerenciamento adequado dos

negócios da família e da propriedade, para preservar a língua e a herança cultural, para transformar os imigrantes em cidadãos conscientes e atuantes.

Por meio de um levantamento bibliográfico, investigou-se a trajetória educacional das escolas paroquiais luteranas missourianas gaúchas e se constatou que, no começo de sua missão no RS, no início do século XX, o Sínodo de Missouri fundou congregações religiosas e escolas. As escolas paroquiais luteranas eram mantidas pela comunidade escolar e constituídas por classes multisseriadas, cujo professor, geralmente, era o próprio pastor da congregação.

Como as escolas paroquiais luteranas missourianas gaúchas tinham poucos recursos didáticos, o ensino acontecia na base da recitação e da memorização. Elas estavam inseridas em um projeto de comunidade que buscava ensinar a escrita, a leitura, a aritmética, além de valores morais, culturais, sociais e, principalmente, religiosos, idealizados pela Igreja Luterana, com vivência da espiritualidade na prática e uma ação educacional para servir no mundo.

Os professores paroquiais eram formados no Seminário Concórdia de Porto Alegre, no qual prevaleciam os conhecimentos doutrinários sobre os conhecimentos seculares. O professor paroquial era um elo entre a IELB e as comunidades, um guardião da ordem e dos valores e, em sua prática pedagógica, deveria levar em conta a realidade dos alunos para que os mesmos se engajassem nas estruturas comunitárias posteriormente.

Nos primeiros anos de existência das escolas paroquiais luteranas missourianas, os livros didáticos vinham dos Estados Unidos, mas, como se referiam a um contexto diferente do RS, a IELB iniciou a produção de material didático próprio para suas escolas, em diferentes áreas do conhecimento, por meio da Casa Publicadora Concórdia de Porto Alegre.

A escola paroquial luterana missouriana sofreu com os reflexos da campanha de nacionalização do ensino, a qual provocou a municipalização dessas escolas ou até mesmo seu fechamento, desarticulando um processo escolar que primava pelo arranjo entre escola e realidade de vida dos alunos e da comunidade. Mesmo assim, houve escolas paroquiais luteranas missourianas que conseguiram prosperar e se tornar referência de ensino no estado gaúcho.

Referências

- Buss, P. (2005). Lutero no contexto do luteranismo brasileiro. In: L. Heimann (Org.), *Lutero, o educador* (Vol. 2, p. 39-79). Canoas, RS: Ulbra.
- Certeau, M. (1982). *A escrita da história* (Maria de Lourdes Menezes, trad.). Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária.
- Dreher, M. N. (2008). *Breve história do ensino privado gaúcho*. São Leopoldo, RS: Oikos.
- Gans, I. E. (1998). *100 anos de escola comunitária 1898-1998: Escola Bom Pastor - Nova Petrópolis*. Nova Petrópolis, RJ: 1998.
- Goerl, O. A. (1993). Lembra-te dos dias da antiguidade: uma história do Seminário. *Revista Igreja Luterana*, 52(2), 153-174.
- Kreutz, L. (1994). *Material didático e currículo na escola teuto-brasileira*. São Leopoldo, RS: Unisinos.
- Kreutz, L. (1991). *O professor paroquial: magistério e imigração alemã*. Porto Alegre, RS: UFRGS.
- Kuhn, M. C. (2015). *O ensino da matemática nas escolas evangélicas luteranas do Rio Grande do Sul durante a primeira metade do século XX* (Tese de Doutorado em Ensino de Ciências e Matemática). Universidade Luterana do Brasil, Canoas.
- Kunstmann, J. (1917). Seminário Concórdia. *Revista Mensageiro Cristão*, 1(1), 2.
- Lemke, M. D. (2001). *Os princípios da educação cristã luterana e a gestão de escolas confessionárias no contexto das ideias pedagógicas no sul do Brasil (1824 - 1997)*. Canoas, RS: Ulbra.
- Lüdke, H. E. (2005). As escolas confessionais têm um marco diferencial na educação. In L. Heimann (Org.), *Lutero, o educador* (Vol. 2, p. 117-127). Canoas, RS: Ulbra.
- Prost, A. (2008). *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte, MG: Autêntica.
- Rambo, A. B. (1994). *A escola comunitária teuto-brasileira católica*. São Leopoldo, RS: Unisinos.

- Rambo, A. B. (1996). *A escola comunitária teuto-brasileira católica: a associação de professores e a escola normal*. São Leopoldo, RS: Unisinos.
- Rehfeldt, M. L. (2003). *Um grão de mostarda: a história da Igreja Evangélica Luterana do Brasil* (Vol. 1). Porto Alegre, RS: Concórdia.
- Roche, J. (1969). *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul* (Vol. 1-2). Porto Alegre, RS: Globo.
- Seyferth, G. (1981). *Nacionalismo e identidade étnica: a ideologia germanista e o grupo étnico teuto-brasileiro numa comunidade do Vale do Itajaí*. Florianópolis, SC: Fundação Catarinense de Cultura.
- Steyer, W. O. (1999). *Os imigrantes alemães no Rio Grande do Sul e o Luteranismo: a fundação da Igreja Evangélica Luterana do Brasil e o confronto com o Sínodo Rio-Grandense 1900 – 1904*. Porto Alegre, RS: Singulart.
- Streck, G. I. W. (2005). A rede de escolas comunitárias de 1826 a 1967. In L. Heimann (Org.), *Lutero, o educador* (Vol. 2, p. 89-96). Canoas, RS: Ulbra.
- Strelow, F. [193-]. *Primeira aritmética* (Série Ordem e Progresso). Porto Alegre, RS: Casa Publicadora Concórdia.
- Warth, C. H. (1979). *Crônicas da igreja: fatos históricos da Igreja Evangélica Luterana do Brasil (1900 a 1974)*. Porto Alegre, RS: Concórdia.
- Weiduschadt, P. (2012). *A revista “O Pequeno Luterano” e a formação educativa religiosa luterana no contexto pomerano em Pelotas – RS (1931-1966)* (Tese de Doutorado em Educação). Universidade do Vale dos Sinos, São Leopoldo.
- Weiduschadt, P. (2007). *O Sínodo de Missouri e a educação pomerana em Pelotas e São Lourenço do Sul nas primeiras décadas do século XX: identidade e cultura escolar* (Dissertação de Mestrado em Educação). Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

Submetido em: 12/01/2016
Aprovado em: 23/08/2016